

Cidadão terá mais proteção do Estado

SANDRO LIMA

DA EQUIPE DO CORREIO

Com críticas à exclusão social, foi aberta ontem a 9ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos. Neste ano, o tema do encontro é Construindo o Sistema Nacional de Direitos Humanos. A idéia é que o sistema seja uma rede articulada de instituições estatais e da sociedade civil que proteja e garanta os direitos humanos de todos os brasileiros. Pela primeira vez, a conferência terá caráter deliberativo. Com isso, as propostas discutidas e aprovadas em assembléia serão transformadas em políticas públicas.

Na abertura do encontro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que está empenhado na luta pelos direitos humanos e citou ações do governo, como o resgate de 5.400 trabalhadores escravos, o pagamento de mais de R\$ 6 milhões em direitos trabalhistas, punição de empresários, combate à exploração sexual e campanhas para garantir o registro de nascimento. "Temos uma tarefa fundamental a cumprir. E é uma tarefa coletiva. Trata-se não apenas de punir o desrespeito aos direitos humanos, mas de transformar o desenvolvimento brasileiro em uma ferramenta para a construção de direitos", disse Lula.

Durante quatro dias, serão discutidos na conferência os 518 pontos do Plano Nacional de Direitos Humanos. Segundo o ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmar Miranda, o objetivo é definir as instituições responsáveis pelas ações e estabelecer prazos e recursos orçamentários. "É um passo importante principalmente para a sociedade brasileira", disse Miranda.

Pelo telefone

Ontem também foi lançado o Disque-Direitos Humanos, que

poderá ser acessado pelo número 100. A ligação é gratuita e poderá ser feita também de telefones públicos. Inicialmente o serviço atenderá apenas a ligações do Distrito Federal. Em três semanas, o número 100 passará a aceitar telefonemas de todas as regiões brasileiras. O serviço funcionará em plantão de 24 horas todos os dias da semana. Um banco de dados com os registros das violações estará disponível para autoridades governamentais e representantes da sociedade civil.

Antes do início da conferên-

cia, delegados e jornalistas protestaram por terem sido barrados na porta do auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Eles foram impedidos de entrar no auditório depois que a segurança constatou que a lotação já estava esgotada. Todos estavam previamente inscritos para participar, e boa parte deles veio de outros estados. De acordo com a segurança da Câmara, havia 580 delegados e 330 observadores inscritos, mas apenas 310 cadeiras reservadas para eles, o que acabou causando o tumulto.